

Sinal de partida para negociação com credores privados ^{Dinda Ed}

Em reunião que atravessou a madrugada de quarta-feira, os governos dos países industrializados integrantes do Clube de Paris chegaram a um acordo com o Brasil. Como se antecipava, as negociações foram árduas, requerendo a apresentação de sucessivas propostas, mas acabou não se verificando nenhuma surpresa desagradável. Os negociadores brasileiros não conseguiram, é verdade, tudo o que pretendiam, mas as bases do acordo são bastante boas, considerando as circunstâncias: reescalonamento do principal e boa parte dos juros vencidos em 1985-86 e o principal a vencer no primeiro semestre de 1987 (US\$ 450 milhões), perfazendo um total de US\$ 4,134 bilhões.

O que se especula agora é se tal acordo enfraquece ou fortalece a posição negociadora do governo diante dos bancos privados internacionais. Antes de mais nada, é preciso ter em mente que, embora as autoridades brasileiras já tivessem sido informadas de que o Clube de Paris se dispunha a chegar a um entendimento com o

Pais, passando por cima da exigência de monitoramento da economia nacional por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), muitos, aqui e lá fora, ainda esperavam ver para crer. Sobre esse ponto de vista, não resta dúvida de que o Brasil passou por um importante teste ao concluir um acordo com o Clube, sem a participação formal do FMI.

Os bancos credores, que, aliás, chegaram a um acordo provisório com o Brasil no ano passado, sem a chancela do Fundo, terão agora menos respaldo para voltar a fazer uma exigência de que o Clube de Paris abrija mão. Quanto à recusa dos governos dos países industrializados em não rolar integralmente a dívida a vencer em 1987, isso não pode ser considerado uma derrota ou, muito menos, uma demonstração de desconfiança na capacidade do governo brasileiro de administrar a economia do País.

Recorda-se que, até há alguns meses, o governo estava empenhado em negociar com o Clube

de Paris apenas a rolagem das amortizações previstas em 1985-86 e mais os juros devidos. Foi em função da piora das contas externas nos últimos meses de 1986 que as autoridades passaram a pretender também a inclusão, nas negociações, dos compromissos a vencer neste ano. Era previsível que os integrantes do Clube resistiriam a isso, como de fato ocorreu, mas o resultado a que se chegou não pode ser considerado insatisfatório.

Certamente, como consequência do acordo, as autoridades monetárias deverão rever as suas projeções para o comportamento do balanço de pagamentos em 1987, nas quais o dado-chave é a performance da conta de comércio. Cálculos feitos por economistas indicam que o saldo da balança comercial deveria situar-se neste ano em torno de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões. É possível que, como consequência do entendimento com o Clube de Paris e os credores privados, o País tenha de se esforçar para obter um superávit da ordem de US\$ 10 bi-

lhões a US\$ 11 bilhões para manter uma posição cambial mais sólida.

O Brasil tem a alternativa de voltar a negociar com o Fundo em julho deste ano para o reescalonamento de US\$ 500 milhões, relativos a compromissos a vencer no segundo semestre de 1987. Isso vai depender, naturalmente, da evolução da balança comercial e do volume de dinheiro novo que o governo conseguir obter junto aos bancos privados.

Esse, aliás, é o tópico mais espinhoso das conversações com os credores privados, que receberam agora o sinal de partida. As negociações com os bancos internacionais serão sabidamente trabalhosas e difíceis, mas não há por que esperar que elas resultem em um impasse insuperável. Não é do interesse dos credores nem do Brasil que isso aconteça e todos têm consciência disso, como ficou demonstrado no acordo para reescalonar as dívidas de governo para o governo concluído nesta semana com o Clube de Paris.